



**Universidade Federal da Bahia
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SANDRA DAMASCENO SERRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PARA O EMPREGO OU EMPREGABILIDADE?

SALVADOR –BAHIA

2009



Universidade Federal da Bahia
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SANDRA DAMASCENO SERRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PARA O EMPREGO OU EMPREGABILIDADE?

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia, sob a orientação da Professora Dr^a Maria Regina Filgueiras Antoniazzi.

Salvador – Bahia
2009

SANDRA DAMASCENO SERRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PARA O EMPREGO OU EMPREGABILIDADE?

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagoga,
Universidade Federal da Bahia pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Lícia Maria Beltrão

Doutora pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação

Profª Drª Maria Couto Cunha

Doutora pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação

Profª Drª Maria Regina F. Antoniazzi (Orientadora)

Doutora pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Serra, Sandra Damasceno

Educação Profissional: para o emprego ou empregabilidade? /
Sandra Damasceno Serra._ Salvador: Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Educação, 2005.

f.

Orientadora: Maria Regina Filgueiras Antoniazzi.

Monografia (Graduação) _ Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Educação, 2009

``Pensamos demasiadamente e sentimos muito pouco.

Necessitamos mais de humildade que de maquinas.

Mais de bondade e ternura que de inteligência.

Sem isso, a vida se tornara violenta e tudo se perdera``.

Charles Chaplin.

Agradeço a Deus por atender as minhas orações.

A minha filha Sofia, como presença de esperança.

A meu esposo Juraci pelas palavras de incentivo.

Aos meus irmãos Claudionor, Antenor, Valney e Andre pela união.

A professora Regina Antoniazzi, minha orientadora, pela extrema dedicação e paciência.

As professoras Maria^a Couto e Lícia Beltrão pela atenção nos momentos de dificuldade.

A todos os professores por promover a busca ao conhecimento.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PARA O EMPREGO OU EMPREGABILIDADE?

RESUMO

Esta monografia tem como objeto de estudo a educação profissional no Brasil a partir da década de 1990, até o governo do atual Presidente da República Sr. Lula da Silva. Tomamos como referência desse estudo autores que trabalham sobre essa temática, assim como outros que analisam a sociedade capitalista, o mundo do trabalho e a empregabilidade no sentido de compreendermos e desvendarmos os novos rumos da educação profissional. Utilizamos também os dois principais Decretos 2.208/97 e 5.154/04 para analisarmos as políticas públicas para a Educação Profissional.

Palavra - chave: Trabalho, Empregabilidade, Educação, Emprego.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1.0 - Reestruturação Econômica e Produtiva e o neoliberalismo.....	11
1.1 Taylorismo/Fordismo e sua Crise.....	13
1.2 Reestruturação Produtiva no Brasil.....	17
2 – Política Econômica <i>versus</i> Políticas Educacionais no Brasil.....	19
2.1 Educação Profissional no Brasil.....	21
2.2 A Formação Técnico Profissional no Brasil	25
3 - Desvelando o Conceito de Empregabilidade.....	29
Considerações Finais.....	31
Referências.....	35

Introdução

Na revolução industrial do sistema capitalista foi introduzida uma relação social entre trabalhador e empresa caracterizada como emprego assalariado. E no desenvolvimento do sistema capital o emprego passa a se configurar como uma relação estável e com garantias sociais.

Com o advento da globalização e do neoliberalismo várias modificações começam a ocorrer no mundo do trabalho, desde a concepção de gestão como a nova forma de produção que vai estabelecer uma nova forma **fragilizada** de relação social do trabalho (a terceirização).

Essa realidade do século XXI traz algo temível na sociedade capitalista que vivemos e que vem assolando milhares de pessoas em todo o mundo, que é o desemprego.

Por falta de uma política voltada para o emprego tanto o governo como os empresários se eximem em resolver esta triste realidade. E, qual é a saída para o trabalhador se não há emprego socialmente protegido para todos?

A saída, segundo o governo e os empresários é a empregabilidade, que se sustenta na formação do trabalhador através de competências manuais e cognitivas de acordo com a demanda do mercado.

O novo modelo de formação por competências tem como foco o trabalho precarizado o qual temos experimentado desde que nos inserimos no mercado de trabalho. Compreender essa questão foi o motivo fundamental que nos impulsionou a realizar esse estudo, pois sabíamos que teríamos que realizar leituras direcionadas a este tema.

Também a nossa formação técnica nos fez refletir sobre o mercado de trabalho e a estreita ligação com a formação escolar do técnico profissional que traz muitos desencontros em relação à realidade do mercado de trabalho, como também do próprio sentido que a educação tem para a formação de cidadãos plenos e emancipados.

A escolaridade foi considerada, durante certo tempo, como elemento fundamental na formação de capital humano, necessários para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (GENTILLI, 2005).

Essa premissa, contudo não se estabeleceu por muito tempo e através de nova ideologia do neoliberalismo, já instalada nesse novo contexto, a função educacional toma outros rumos.

Nesse estudo realizamos uma revisão bibliográfica de autores que trabalham sobre essa temática, assim como outros que analisam a sociedade capitalista e o mundo do trabalho, no sentido de compreendermos e desvendarmos os novos rumos da educação profissional.

Assim, elegemos como problema desse estudo responder a seguinte questão:

- Educação Profissional: para o emprego ou a empregabilidade?

Para responder essa questão estabelecemos os seguintes objetivos:

1. Analisar o mundo do trabalho tomando como referência autores como Ricardo Antunes, Graça Druck, dentre outros.
2. Analisar as políticas de educação profissional implantadas no Brasil a partir da década de noventa do século passado até o governo do Presidente Lula da Silva.
3. Analisar os conceitos de emprego e empregabilidade.

Para alcançarmos os objetivos propostos utilizamos os seguintes procedimentos:

1. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre globalização econômica, reestruturação produtiva e o neoliberalismo.
2. Respondemos a questão proposta nesse estudo, considerando a análise realizada sobre globalização econômica, reestruturação produtiva, neoliberalismo, mundo do trabalho, políticas de educação profissional e os conceitos de emprego e empregabilidade.

Para apresentação do resultado desse estudo estruturamos a monografia da seguinte forma: esta introdução, três capítulos, as considerações finais e as referências.

No primeiro capítulo – **Reestruturação Econômica e Produtiva e o Neoliberalismo** – analisamos a crise do taylorismo/fordismo como expressão maior da globalização econômica, identificando as respostas dadas pelo sistema capital a essa crise e as conseqüências para o mundo do trabalho.

No segundo capítulo – **Política Econômica versus Políticas Educacionais no Brasil** – analisamos a formação técnico profissional no Brasil e as políticas públicas para

Educação Profissional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luis I. Lula da Silva tomando como referência os Decretos 2.208/97 e 5.154/04.

No terceiro capítulo – **Desvelando o Conceito de Empregabilidade** – analisamos o conceito e identificamos que o mesmo está relacionado ao desenvolvimento de competências manuais e cognitivas como requisito imprescindível para a permanência e a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Nas considerações finais retomamos nosso problema e respondemos a questão fundamental do nosso estudo.

1 - Reestruturação Econômica e Produtiva e o Neoliberalismo

A globalização não é um fenômeno novo, nova é a sua escalada, natureza e velocidade, e sua capacidade de excluir e fragmentar, mostrando mais ser uma ideologia do que um conceito que nos ajude a compreender melhor a realidade. Frigotto (1999) também diz que a positividade ou negatividade dos processos de globalização são definidas pelas relações sociais e sua negatividade reside na forma de relações sociais até hoje vigente, isto é, relações de classe que tipificam, na expressão de Marx, a pré- história do gênero humano.

Assim, a globalização do final do século XX tem sua especificidade, que significa em sua essência, o desbloqueio dos limites social impostos ao capital pelas políticas do Estado do bem-estar social. É também uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora.

E por fim ela cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência a ampliação do desemprego estrutural, do trabalho precário e aumento da exclusão social.

A partir da crise do taylorismo/fordismo, começa a atuar um capitalismo mais duro acompanhado de idéias neoliberais onde sua representatividade maior foi com a era

Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Mattoso e Oliveira (1990, apud FILGUEIRAS, 2000) explicam que

(...) a reestruturação produtiva diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho e pode ser vista sob dois aspectos. No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilísticos, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais – como o siderúrgico e têxtil. E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e *organizacional*, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de bases microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, de novos padrões de gestão/ organização do trabalho (o “modelo japonês”), acompanhado por um processo de individuação das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos. (pp. 54-55).

Essencialmente esse novo paradigma tecnológico/organizacional pode ser resumido em uma palavra: flexibilidade. Filgueiras (2000) a define como *busca permanente para libertar os processos produtivos/comerciais/financeiros, sob o comando do capital, de todas as formas de rigidez próprias do fordismo* (p.54).

A flexibilidade se materializa sob vários aspectos. Filgueiras (2000) explica.

Do ponto de vista tecnológico, é a substituição da automação rígida (não programável) de base eletromecânica, pela automação flexível (programável através da informação) de base microeletrônica, que permite rápidas mudanças no processo produtivo-quantitativo (volume produzido) e qualitativo (diferenciação do produto), através da reorientação das máquinas e equipamentos conforme as flutuações da demanda e a instabilidade dos mercados, próprias desse novo momento do capitalismo (pp.54-55).

Quanto aos métodos de gestão, o princípio da flexibilidade se apóia na noção *de just-in time* que significa a economia de todos os processos de produção e a eliminação de todos os desperdícios, de todas as sobras e de todos os tempos mortos no interior da

jornada de trabalho, portanto significa a busca permanente de eficiência e diminuição de custos, através da racionalização do processo de trabalho, implicando colocar a empresa e os trabalhadores sob tensão permanente, num processo interminável de aperfeiçoamentos e melhorias contínuas (KUENZER, 1999).

Do ponto de vista do capital, essa nova concepção de empresa implica a necessidade de uma força de trabalho também flexível (polivalente), mais qualificada, que deve ter várias preocupações e realizar diversos tipos de tarefas.

No âmbito do mercado de trabalho, a busca de flexibilidade exige a “livre contratação” entre capital e trabalho, sem restrição; livre negociação sem regulamentação e intervenção por parte do Estado, como as diversas formas de subcontratação, em especial a terceirização.

Druck (2001) afirma que:

A flexibilização tem ocasionado um processo de precarização do trabalho (insegurança), piores condições e riscos, alta competitividade entre pares, desmotivação, e de precarização do emprego que se caracteriza pela instabilidade, falta de vínculo, subcontratação, temporários e do crescimento galopante da informalidade do mercado de trabalho (p. 81).

1.1 O Taylorismo/Fordismo e sua Crise

Os idealizadores do taylorismo/fordismo foram Henry Ford (1863-1947) e Frederick W. Taylor (1856-1915); o primeiro buscou a organização do processo produtivo e o segundo a eficiência do trabalho operacional. Caracterizou-se por um modelo de gestão e organização da produção e do trabalho, implementado nas décadas iniciais do século XX nos Estados Unidos, estendendo-se em seguida por vários países da Europa, perdurando até meados dos anos setenta deste mesmo século. Esse período ficou conhecido como “época de ouro do capital” CHIAVENATO(2004).

O taylorismo/fordismo tinha como característica a racionalização dos tempos e movimentos dentro das fábricas, proporcionando a produção em escala da era

industrial, elevando os índices de produtividade e especialização do trabalho, além do consumo de massa. Era um padrão rígido configurado em salários reais, com taxa de lucros elevados, com níveis de estoque elevados e organização dos trabalhadores. Caracterizava-se também pela intensificação da divisão do trabalho em etapas no processo produtivo, exigindo trabalhadores ultra-especializados o que fazia reproduzir movimentos bastante repetitivos tornando a execução do trabalho bastante sistemático. CHIAVENATO (2004).

Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, intensificando as formas de exploração. Portanto, os operários tinham a incumbência de cumprir sua tarefa em menor tempo possível para produzir mais, através da venda de sua força de trabalho, que era transformada em mercadoria.

Taylor entendia que a hierarquização evitava a desordem produtiva do tempo e por isso separou o trabalho intelectual (gerência) do manual (operário). Como comenta Antunes (1999),

(...) esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário que era transferida para a esfera da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (p. 37).

O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era freqüentemente, chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos, marcando uma contradição sobre as funções desenvolvidas pelos operários (ANTUNES,1999)

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, no início dos anos setenta do século passado o padrão fordista começa a entrar em crise e tem como elementos centrais a intensificação das lutas de classe e o estancamento do modelo econômico. Em 1973, com o elevado preço do petróleo a crise chega a seu ápice com uma recessão que atinge o mundo inteiro.

Antunes (1999, p.29) indica os traços mais evidentes dessa crise:

- 1- *Queda da taxa de lucros, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento da força de trabalho, conquistado durante o período pós 1945 e pela intensificação das lutas sociais dos anos de 1960, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;*
- 2- *O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dada pela incapacidade de responder à retração de consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;*
- 3- *Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;*
- 4- *A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;*

5- *A crise do welfare state ou “Estado do bem-estar social” e de seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;*

6- *Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos elementos contingentes que configurava esse novo quadro crítico.*

Após esse período de mais de 25 anos de crescimento, as economias dos países capitalistas centrais e o sistema capital teve que encontrar soluções para sua própria crise. Iniciou-se então um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político colocados em ação nessa década, através das idéias neoliberais. É verdade que os ideais liberais adormecidos pela “era de ouro” do capitalismo, sempre estiveram presentes nos países da Europa e na América do Norte.

Segundo Filgueiras (2000),

A crise do fordismo não se resume apenas à crise de um padrão de acumulação de capital, nem muito menos à crise de um padrão de organização da produção. Ela anuncia, com todas as conseqüências daí advindas, a crise de um determinado “modo de vida”, a quebra de um pacto social, caracterizado pela busca do pleno emprego, por uma certa estabilidade no trabalho e por amplas garantias sociais. É justamente a destruição desse “modo seguro de viver”, construído entre a Segunda guerra mundial e o início dos anos 70, que dá origem ao profundo “mal estar” específico deste final de século (p. 51).

O fordismo como um sistema rígido não consegue uma resposta rápida para superar os obstáculos surgidos naquele novo contexto. Começa então os processos de reestruturação produtiva nos anos de 1970 e a globalização a partir dos anos 80, o que se constituíram numa resposta a crise do fordismo.

A crise do modelo de produção taylorista/fordista desencadeada no início da década de 1970 do século passado, coloca em cena o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e uma “nova” globalização. A reestruturação produtiva caracteriza-se por mudanças estruturais no âmbito da produção e do trabalho para atender ao mercado.

1.2 - Reestruturação Produtiva no Brasil

Nas eleições de 1989 Fernando Collor é eleito o primeiro presidente civil pelo voto popular e governa apenas por dois anos (1990-1992), pois sofre o *impeachment* Aranha (1996), logo é substituído por Itamar Franco e em uma nova eleição é eleito para presidente Fernando Henrique Cardoso que de fato implementou as políticas neoliberais.

É neste momento dos anos de 1990 que o neoliberalismo, que já havia sido implementado na maior parte da América Latina instala-se no Brasil com toda a força. O discurso neoliberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inauguram o que poderíamos chamar de “era neoliberal” no Brasil.

Neste contexto tem início a abertura da economia brasileira ao mercado mundial forçando a competitividade econômica entre empresas nacionais e internacionais. Nessa conjuntura as empresas brasileiras não tinham fôlego para competir com essas novas empresas.

Longe do que se cogitava, a globalização econômica não uniu países, nem causou uma melhor distribuição de riqueza, nem de direitos e sim aumento do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social. Em sua superficial neutralidade o que existe de fato é um processo de dominação da classe hegemônica. Isso significa que a igualdade, como insinua a ideologia neoliberal dominante, está longe de acontecer.

O capitalismo contemporâneo cuja produção é regulada pelo mercado não elimina a existência das classes sociais, ao contrário, aumenta o desemprego e conseqüentemente a miséria, principalmente nos países mais periféricos, a exemplo do Brasil. Este aumento deve-se principalmente a implantação da reestruturação produtiva adotada pelas empresas que veio acompanhada das políticas neoliberais, significando:

- ajustes econômicos efetivos;
- privatização de estatais e de serviços públicos rentáveis;
- corte nos gastos sociais e até demissão de trabalhadores no serviço público;
- transferência de renda e de patrimônio público para o setor privado;
- entrada de capital estrangeiro;
- privatização dos direitos sociais e na desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, além de intensificar o Estado mínimo para os trabalhadores, colocando o interesse privado como prioridade ao invés do interesse público.

Como reagiram as empresas frente a esse cenário? Começaram a implementar mudanças significativas nas formas de organização e gestão do trabalho, denominada de toyotismo ou modelo japonês, exigindo um novo perfil do trabalhador.

O toyotismo foi criado pelo engenheiro japonês Ohno como uma nova forma de organização e gestão da produção e do trabalho na empresa Toyota, no Japão, pós 1945. Esse novo padrão de produção que tem como característica uma estrutura horizontalizada onde há uma integração entre empresas diversas, incluindo as terceirizadas, cuja finalidade maior é a intensificação do trabalho e exploração da força de trabalho, buscando uma empresa enxuta, ou seja, um menor contingente de força de trabalho, sem, contudo diminuir seus índices de produtividade. Para essa nova empresa exige-se um trabalhador mais participativo, qualificado, polivalente e multifuncional.

Esse novo modelo de produção se diferencia do modelo anterior – taylorismo/fordismo por apresentar, segundo Antunes (1999), as seguintes características:

- produção muito vinculada à demanda, visando atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrario da homogeneidade fordista;
- fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, (na Toyota, a média é de até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- funciona segundo o sistema de kanban - placas ou senhas de comando de produção para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrario da verticalização na empresa fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no interior da fábrica, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que tem se intensificando cada vez mais.

2 – Política Econômica versus Políticas Educacionais no Brasil

Em meados dos anos de 1990, a política Educacional começa a sofrer mudanças devido às praticas neoliberais, efetivadas pelo presidente da republica Fernando Henrique Cardoso.

Com a ideologia neoliberal, centrada na lógica do Estado mínimo e do mercado regulamentador e organizador das políticas públicas, o sistema educacional começa a passar por reformulações, reflexos da implantação de um novo modelo político-econômico.

Em consequência da reestruturação econômica e produtiva as empresas começaram a exigir trabalhadores mais qualificados. Assim, pra manter seus postos de trabalho ou para se inserir em novos postos, o trabalhador está sendo obrigado a se requalificar para manter-se empregado e qualificar-se para inserir-se no mercado de trabalho.

E qual é o novo perfil de trabalhador exigido pelo mercado de trabalho hoje?

Que tenha capacidade cognitiva e intelectual para não só desenvolver atividades mais complexas, como também ter capacidade para se adequar ao novo modelo de produção flexível; muito diferente do trabalho braçal, presente no modelo taylorista/fordista, de execução de atividades repetitivas e limitadas a um só tipo de operação

Portanto, o perfil é de um trabalhador polivalente capaz de realizar várias atividades, possuidor de raciocínio rápido para resolver problemas novos, com capacidade de trabalhar em equipe, dominar os processos tecnológicos e, sobretudo saber se adaptar as novas exigências das empresas é o que se busca neste novo mercado.

KUENZER(1999) afirma ainda que a crescente presença da ciência e tecnologia nos processos produtivos estabelece uma aparente contradição, isto é, quanto mais se simplifica as tarefas, mais se exige conhecimento do trabalhador, e não mais relativo ao saber fazer, cada vez menos necessário. Ao contrário, a crescente complexificação dos instrumentos de produção, da informação e do controle, baseadas na microeletrônica veio substituir os processos de trabalho com base na eletromecânica, exigindo maior conhecimento científico do trabalhador.

Assim, as empresas, sejam elas do setor produtivo ou de serviços, passam a exigir do trabalhador competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez

de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade de trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças constantes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado a intuição criadora, buscando o aprender permanentemente.

São essas características que vão definir a 'empregabilidade' palavra de ordem desse novo sistema. No entanto, é preciso fazer uma reflexão sobre esse novo termo que chegou para ficar. Que conceito é esse? O que realmente significa para o trabalhador? Quais são suas conseqüências? As respostas a estas questões são dadas no decorrer da exposição.

2.1 - Educação Profissional no Brasil

Desde os anos de 1930 existe um intenso e controverso debate sobre a formação técnico profissional. A criação das escolas técnicas federais e dos sistemas nacionais de formação profissional nos anos de 1940 resulta deste debate.

Na década de 1980, quarenta anos depois se começa a discutir uma proposta para uma nova LDB, voltando novamente à pauta de discussão à formação técnica profissional. Todo esse debate foi, na verdade, para enquadramento da educação fundamental, media e superior e da educação profissional ao ajuste da sociedade brasileira a nova (des)ordem mundial (FRIGOTTO, 1999).

Compreendemos como Frigotto (1999), que a formação técnica profissional é uma prática social constituída e constituinte de relações sociais, portanto sua natureza institucional, financiamento e concepção político pedagógico se inserem na crise societária do final do século XX.

Para Frigotto (1999) esta crise é ao mesmo tempo uma crise socioeconômica, teórica e ético-política. No plano socioeconômico é explicitada pela desordem dos mercados

mundiais, pela hegemonia do capital especulativo, pelo desemprego estrutural e pelo monopólio da ciência e da técnica, representando uma extrema exclusão.

No plano teórico não está dando conta dos desafios do presente, pois se revela incapaz de apresentar referenciais de análise.

Por fim, a crise ético-política se manifesta pela exclusão, pela violência e pela miséria vistas como naturais. Diante destas circunstâncias, medidas oportunistas simplificadas ou de soluções mórbidas direcionam-se para a formação técnica profissional. Como a globalização, a reestruturação produtiva e a economia competitiva são palavras de ordem desses últimos anos, a escola e as instituições de formação técnico profissional necessitam ajustar-se a esses fenômenos.

Esse ajuste significa que se passa a exigir um novo perfil de trabalhador, que se adéque a competitividade, a flexibilidade do mercado de trabalho e a polivalência de funções, postulando uma educação e formação profissional que prepare este novo trabalhador para as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, geradas pela crise do emprego, principalmente a crise estrutural do desemprego. Nessa lógica a meta não é formar para o posto de trabalho, mas formar para a empregabilidade.

Para compreendermos melhor a complexidade da formação técnica profissional Frigotto (1999) aborda quatro aspectos: a globalização, a sociedade do trabalho e emprego, o desmonte da sociedade salarial e a educação tecnico-profissional.

Com relação à construção da sociedade do trabalho-emprego ou sociedade salarial, o mesmo autor afirma que a partir dos anos de 1930 houve um enorme esforço de construção de políticas de pleno emprego e de direitos sociais na intenção de se ter uma sociedade capitalista integradora, denominada de regulação fordista ou Estado de bem-estar social, resultante do pacto social democrático.

Essa sociedade integrada pela produção, pelo consumo de massa e pelo pleno emprego tinha como idéia matriz a de que os operários pudessem se tornar clientes, sendo assumida pelo industrial H. Ford, que percebeu que, para que o capitalismo prosperasse era necessário ter consumidores.

É nesse contexto que surgem os Estados-Nação, com suas moedas e legislação e os organismos internacionais reguladores das relações entre as nações, sendo os principais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (FRIGOTTO,1999).

Assim, o Estado de bem-estar social se materializa pela constituição de uma esfera pública burguesa com um fundo público ampliado e tendo setores estratégicos da economia sob o controle dos Estados nacionais.

Portanto, a sociedade salarial é aquela em que a maioria, mediante seu emprego, tem sua inserção social relacionada ao local que ocupa na escala salarial. É claro que o trabalhador não se torna proprietário, mas tem garantias de poder prever seu futuro e assegurá-lo de acordo com padrões de vida minimamente aceitáveis. Nesse sentido o emprego emerge como direito.

São muitas as determinações que levam à crise a sociedade salarial, portanto é um assunto complexo, mas é possível, determinar sua origem e as determinações fundamentais.

O desmonte da sociedade salarial, representada pelo Estado de bem-estar social, começa pela própria essência do capital, isto é, acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho.

Os anos de ouro do capitalismo, paradoxalmente, se deram pela capacidade de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados, de forma assimétrica e do capital especulativo financeiro, que instauram uma verdadeira desordem mundial, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulamentação (FRIGOTTO, 1999).

O resultado desse processo é a falência dos Estados nacionais, ocasionada pelas seguintes razões: perda da capacidade de suas moedas; crise fiscal e crescente delapidação do fundo público. As reformas do Estado, resultantes desse processo, tinham como horizonte a desregulamentação e flexibilização, a autonomia e descentralização e a privatização, consideradas políticas oficiais de desmonte da sociedade salarial.

O resultado mais imediato do desmonte da sociedade salarial – crescimento da miséria no Brasil ocorreu logo após a desvalorização do real, durante o governo Fernando Henrique Cardoso e quem fornece a informação é um organismo internacional.

Em dois meses - janeiro e fevereiro de 1999, o Banco Mundial avalia que 10 milhões de brasileiros regrediram ao estado de miséria absoluta. Isso significa, em termos de indicadores internacionais, que estas pessoas dispõem de uma renda de apenas dois dólares por dia para sobreviverem (FRIGOTTO, 1999, p. 9).

Qual é futuro da sociedade salarial? Frigotto (1999) diz ser uma pergunta difícil de responder, mas coloca o desemprego como o problema social e político mais sério a ser enfrentado. O cenário atual é preocupante porque as políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo (a crise de 2008 é fruto dessa especulação) e o capital produtivo centrado no “maquinário inteligente”, isto é, na ciência e na tecnologia desenham uma realidade onde encontramos:

- desestabilização dos trabalhadores estáveis – dá-se pela intensificação da exploração e permanente ameaça de perda de emprego;
- precariedade do emprego – flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização etc.;
- aumento crescente dos sobrantes – contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção. Os dados são assustadores: um bilhão e duzentos mil desempregados no mundo com taxas de desemprego na Europa variando entre 10% a 22%.

2.2 - A Formação Técnico Profissional no Brasil

Para discutir a formação técnico profissional no contexto exposto anteriormente, Frigotto (1999) começa afirmando que a grande maioria dos governos dos países periféricos se ajustam à reengenharia e a reestruturação produtiva, flexibilizam, desregulam e apostam, uma vez mais no mercado auto-regulado. Aponta quatro cenários, presentes de formas diversas nas diferentes formações sociais capitalistas, como veremos a seguir:

1. Radicalização das políticas neoliberais numa crescente mercantilização dos direitos sociais, a ruptura crescente da proteção ao trabalho e a instalação de um mercado auto regulado. Nesse cenário o numero de trabalhadores sobrantes se amplia e suas vidas se precarizam, ficando na dependência de planos emergenciais de alívio à pobreza, da filantropia e de caridade social.
2. O segundo cenário adotado pela maioria dos países é de atacar pelos efeitos. Instauram-se políticas focalizadas de inserção social. A política de formação profissional foi o foco deste cenário nos anos de 1990.
3. O terceiro cenário é a auto-organização dos excluídos mediante uma organização alternativa do trabalho – uma nova cultura de trabalho. Esta realidade vem sendo cunhada com nomes diferentes e sentidos diversos. Economia solidária é a mais geral.
4. O quarto cenário explicita as teses daqueles que já decretam que já chegamos à sociedade do conhecimento, sociedade do entretenimento, do lúdico e por fim do trabalho e a sociedade do tempo livre. De imediato esta tese se choca com a multidão de sobrantes, em que o tempo livre não significa nem entretenimento, nem tempo lúdico, mas tempo torturado de precariedade – *a existência provisória sem prazo*.

A partir dos estudos que empreendemos sobre a globalização econômica, reestruturação produtiva e mundo do trabalho, acreditamos que o Brasil possa se encaixar no terceiro cenário descrito acima.

Qual foi a política de educação profissional dos governos brasileiro nos anos de 1990 até os dias atuais? É o que respondemos a seguir.

O sistema educacional dos anos de 1990 no Brasil modificou-se profundamente, especialmente, em relação à formação técnico-profissional, tanto no plano organizativo quanto ao plano político- pedagógico.

As reformas que se processaram, especificamente na formação técnico-profissional são definidas como estratégias de ajuste estrutural a ideologia neoliberal, significando dizer sob a tutela da reforma do Estado brasileiro no plano político-institucional e econômico- administrativo.

O projeto de lei de nº 1.603/96 foi transformado autocraticamente em decreto sob o nº 2.208/97, que segundo Frigotto (1999)

[...] representa uma regressão ao dualismo e exacerbação da fragmentação. O dualismo se cristaliza pela separação das dimensões técnicas e políticas, específicas e gerais, particulares e universais e pela separação do nível médio regular de ensino da rede *não regular* de ensino técnico-profissional com organização curricular específica e modular (apud ANTONIAZZI, 2005, p.46).

Frigotto (1999, p. 10-11) explica como a rede *não regular* de formação técnico-profissional está estruturada, a partir da Reforma:

a) Nível básico – para a massa de trabalhadores jovens e adultos, independentemente da escolarização anterior, mas certamente igual ou inferior ao ensino fundamental, que tem o objetivo de “qualificar, requalificar e reprofissionalizar”. Este nível abre espaço para a intensa atuação do atual Sistema “S” e define um novo papel das Escolas Técnicas Federais, o que caracteriza aquilo que Cunha (1997, *apud* FRIGOTTO, 1999) denominou de

senalização das Escolas Técnicas Federais. Além disso, é um terreno aberto para quem queira disputar os recursos públicos do FAT (Fundo de Assistência do Trabalhador) Trata-se de cursos que não estão sujeitos a regulamentação curricular;

b) Nível técnico, com uma organização curricular independente destinado a matriculados ou egressos do ensino médio. Aqui se situa a pressão e direção para onde quer se encurralar o Sistema de Escolas Técnicas Federais. Trata-se de “flexibilizar seus currículos” adaptando-os às “competências” demandadas pelo mercado. Trata-se de um currículo modular, fundado na perspectiva das habilidades básicas e polivalentes e, supostamente, geradoras de empregabilidade. Módulos que podem ser compostos em diferentes instituições públicas ou privadas. Subjacente a essa mudança e em consonância com as diretrizes do Banco Mundial, situa-se a estratégia de transformar esse tipo de ensino num serviço a ser oferecido para o financiamento tanto do setor privado empresarial quanto do setor público. Vale dizer, um mecanismo claro de privatização.

Por fim, o **nível tecnológico**, destinado a egressos do ensino médio e técnico, para a formação de tecnólogos em nível superior em diferentes especialidades (FRIGOTTO, 1999, apud ANTONIAZZI, 2005, p. 10).

Percebemos com essa reforma que o objetivo não é a integração como preconizava a teoria do capital humano dos anos 1960/70, pois agora só quem adquirir habilidades e competências ditadas pelo mercado será acolhido não para garantir um posto de trabalho, mas para a empregabilidade, apagando o direito à educação e formação técnico-profissional como um direito subjetivo de todos (FRIGOTTO, 1999).

Em 1988, enquanto a sociedade civil se organizava em defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores, o deputado federal Otavio Elísio apresentava o primeiro projeto de LDB a Câmara dos Deputados. Oito anos depois, em 1996, a LDB n 9.394

era aprovada e no ano seguinte o Decreto nº 2.208/97, que regulamentava a educação profissional e sua relação com o ensino médio, foi sancionado através da Portaria 646/97.

Esse primeiro projeto da LDB sinalizava para a formação profissional integrada à formação geral nos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, enquanto que o decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais, a exemplo da portaria nº 646/97, não só proíbe a formação integrada, sinalizada pela LDB, como regulamenta formas fragmentadas e aligeiradas de Educação Profissional em nome da necessidade do mercado.

Instalou-se então um processo polêmico, entre os educadores conservadores e os progressistas, em relação a essa dualidade educacional, e nessa disputa, já no governo do Presidente Lula da Silva, é sancionado o Decreto nº 5.154/2004, derrubando o anterior – 2.2008/97.

A aprovação do novo Decreto foi fruto de um conjunto de disputas, e apesar de ser um documento híbrido e cheio de contradições, não deixou de tentar resgatar a condição de base unitária do ensino médio, comportando a diversidade própria da realidade brasileira e possibilitando a ampliação de objetivos como formação específica para o exercício das profissões técnicas como também estabelecer condições jurídicas, políticas e institucionais.

A literatura sobre educação brasileira é grande e entre os diversos autores que estudam o ensino médio, boa parte deles concordam que seu maior problema é a dualidade, que é evidenciada através dos dois caminhos seguidos pelas escolas públicas brasileiras: ensino propedêutico para a elite e educação profissional ou preparação para o trabalho para os mais pobres.

Segundo Ciavata, Ramos e Frigotto (1999) esse dualismo revela a discriminação entre trabalho intelectual e manual, assumindo a partir da década de 1940, caráter estrutural quando a educação nacional se organiza por leis orgânicas.

A equivalência entre o ensino técnico e o ensino secundário se estabeleceu nos anos de 1950, sendo que a equivalência plena veio com a LDB de 1.961 podendo os concluintes dos cursos técnicos se candidatarem a qualquer curso superior. Durante o período do milagre econômico (1968 a 1973), a educação profissional passa a assumir um papel importante na prática educativa por responder as condições gerais da produção capitalista.

Com o aumento da procura de emprego devido à rápida transformação de urbanização que o país sofreu neste período, o nível de escolaridade passou a ser o ponto chave como seleção preliminar.

Surge então a Lei 5.692/71 estendendo para todo o segundo grau a perspectiva tecnicista de educação, promovendo terminalidade do curso, com duplo propósito: atender ao mercado, formando técnicos para determinados ofícios e contendo a pressão pela demanda por ensino superior.

Mas, porque a dualidade da educação continua a ser questionada? Por que o ensino médio integrado ao ensino técnico é uma necessidade, imposta inclusive pela transformação econômica que vem ocorrendo no país, desde a década de 1980, que passa a exigir do trabalhador uma formação geral mais aprofundada integrada a educação específica.

3 - Desvelando o Conceito de Empregabilidade

Foi a partir dos anos de 1990 que a empregabilidade ganhou força como eixo das políticas destinadas a diminuir o que vem atormentando, hoje, milhares de trabalhadores - o desemprego.

A empregabilidade é um termo criado para definir a capacidade do trabalhador de ser empregável, portanto o foco é no indivíduo e se alicerça nas suas habilidades e competências, fazendo com que os trabalhadores estejam constantemente atualizados e maleáveis para atenderem as exigências do mercado de trabalho, hoje, precarizado.

E que, segundo Filgueiras (2000) vai se traduzir na prática, na intensificação da jornada de trabalho, traduzida no aumento de horas extras e no crescimento do estresse, e numa menor remuneração.

Ainda discutindo o conceito, Mehedeff (1996, apud DULTRA, 2001) afirma que é importante entender a empregabilidade como um conceito amplo, significando um conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornem o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. (p.79).

A precarização do mercado de trabalho, hoje, é mundial, mas no Brasil, particularmente, a situação é mais complicada, pois o país **nunca teve** a maioria dos seus postos de trabalho com garantias sociais, isto é, regulamentados pela CLT. Ao contrário, o que sempre predominou foram os postos de trabalho na economia informal, desprotegidos e desregulamentados. Portanto, a inserção do trabalhador em postos de trabalho socialmente protegidos no Brasil torna-se altamente competitiva.

A empregabilidade procura responsabilizar o trabalhador por essa situação no mercado de trabalho, isto é, culpá-lo por está desempregado, eximindo o governo da responsabilidade de criar novos postos de trabalho, através de uma política econômica voltada para a produção e, também os empresários que optam pela especulação financeira em detrimento do investimento na produção. Por conta disso, o trabalhador é forçado a assumir postos de trabalho precários na economia informal.

Outra questão desfavorável ao trabalhador é a exigência para que se adapte a situações diversas no trabalho, no sentido de se manter empregado, forçando-o a se conformar com condições de trabalho cada vez mais precárias, sem direitos coletivos e seguridade social assegurados.

Ramos (2006) afirma que *o aumento da flexibilidade das relações sócias de produção interna e externa as organizações produtivas é responsável por desatar esses laços de solidariedade e seguridade* (p. 173).

A flexibilidade interna, funcional a automação da produção, tem sua base na polivalência, no diferencial de responsabilidades, carreiras e salários de uma mesma categoria, bem como no uso, por parte dos empregadores, de estratégias também diferenciadas de cooptação e estímulo a participação de trabalhadores na produção. A flexibilização externa voltada a facilitar os ajustes da oferta da força de trabalho periférica, permite a desregulamentação das relações trabalhistas, que vem acompanhada de uma precarização baseada nos contratos temporários, de tempo parcial e na subcontratação.

A conjugação desses dois tipos de flexibilidade fomenta a individualização do trabalho não só em termos técnicos, mas também em termos sociais, na medida em que coloca o conjunto dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade e de insegurança quanto à conquista e a manutenção do emprego.

Considerações Finais

A Teoria do Capital Humano teve sua origem e base de sustentação numa época de ampliação do sistema capitalista, marcado pelo crescimento econômico, fortalecimento do Estado do bem-estar social e pela confiança na conquista do pleno emprego. Contudo, a partir de 1970, com a crise do petróleo começa a desmoronar a “era de ouro” do capitalismo contemporâneo.

Todo esse impacto econômico capitalista acaba por trazer mudança substantiva na função econômica atribuída à escolaridade e vem criando as condições necessárias para uma modificação na sua função, marcando o rumo e a natureza das políticas educacionais no final do século XX.

Assim, durante as décadas de 1980/90, a Teoria do Capital Humano no Brasil promoveu um deslocamento da ênfase na função da escola como entidade integradora, portanto como responsável pela preparação do cidadão para o emprego. Gentili (2005) explica:

a promessa integradora da escolaridade estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança (aparentemente incontestável) (...) de atingir o pleno emprego. A escola se constituía, assim, num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado (pp.49-50).

Assim, complementa o autor, o processo de escolaridade era o elemento fundamental na formação do capital humano, necessário para garantir a competitividade na economia, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual, que obrigava o Estado a pensar o planejamento educacional como uma atividade central na definição das políticas públicas. Desse suposto impacto econômico na educação, no período 1950/60, surge a disciplina Economia da Educação e com ela uma teoria oficial destinada a oferecer coerência às reflexões produzidas nesse campo - Teoria do Capital Humano – que passa a ser o principal enquadramento teórico usado para definir o sentido da relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo. Nessa teoria o papel do Estado é central não só na formação de capital humano, mas na captação de recursos financeiros e distribuição das verbas ao sistema educacional (GENTILLI, 2005).

Mais recentemente, a Teoria do Capital Humano promove um deslocamento da ênfase na função da escola, permitindo a progressiva aceitação do fato de que a educação e o desemprego, a educação e a distribuição regressiva da renda social, a educação e a pobreza podem conviver num vínculo conflitante, porém funcional com o desenvolvimento e a “modernização” econômica. Surge então uma nova promessa de caráter estritamente privado: a empregabilidade (GENTILLI, 2005).

Assim, a empregabilidade como fundamento faz do mercado a focalização dos processos regulatórios da formação profissional, reduzindo o processo educativo a forma instrumental para obtenção de emprego e renda. Essa noção colabora para

romper com o sentido universalista das políticas públicas, sobretudo as concernentes a trabalho e educação.

Retomando nossa questão – **Educação profissional: para o emprego ou empregabilidade?**

Concordando com Gentili (2005) podemos afirmar que:

O apelo à empregabilidade e seu uso numa neoteoria do capital humano, cujo conteúdo tem se metamorfoseado com as novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, permite entender melhor a crise da promessa integradora. Nesse sentido, a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, mas acaba com onexo que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (pp. 53-54).

Podemos também responder a nossa questão através da opinião de Paiva (1992 apud DULTRA, 2001) que diz: *as transformações em curso no mundo produtivo impõem tantas exigências de qualificação ao trabalhador que transcendem as possibilidades até mesmo do sistema educacional em responder com eficácia a essa demanda* (p. 83)

Apesar das décadas citadas terem os índices de escolarização aumentados, significativamente, mostrando que educação e desenvolvimento se influenciam, ainda assim, não foi suficiente para estabelecer como determinante único a escolarização, no sentido de promover a igualdade e melhor distribuição de renda e emprego, pois existe o sistema capital, que com sua lógica de exclusão, não permite diminuir a crescente desigualdade social porque o seu foco é a acumulação de capital, hoje predominantemente, através do sistema financeiro.

A educação profissional pensada e implementada no Brasil, no período estudado, trás no conceito de empregabilidade a chave mágica para superar a crise do emprego e do desmonte da sociedade salarial? Acreditamos que não.

Concluimos, a partir da análise realizada, que a educação profissional não está formando nem para o emprego, tão pouco para a empregabilidade. Por quê? Em primeiro lugar porque a educação profissional não estando integrada ao ensino médio, não desenvolve uma educação geral integrada à educação específica, como requisita o mundo do trabalho hoje. Segundo, porque o trabalho socialmente protegido é, hoje, quase virtual, assumindo seu lugar a empregabilidade, que requer o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e manuais, para as quais a educação profissional também não está formando.

HIRATA (1995,apud DULTRA,2001), nos ajuda a fundamentar esse pensamento referido-se a empregabilidade,ao afirmar que é injusto transferir para o trabalhador a responsabilidade de construção de sua empregabilidade,porque parece que o acesso ou não ao emprego depende da estrita vontade individual, da sua formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e microeconômicas contribuem decisivamente para essa situação individual.(p.79).

Referências

ANTONIAZZI, Maria Regina F. **O Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador – Planfor/BA – política pública de emprego?** Tese de Doutorado FFGH/UFBA, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho? **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 23-39.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Historia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DRUCK, Maria da Graça. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos Versus realidade. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: A. Garibaldi; Bahia: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 81-90.

_____. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. In: CARVALHO, M^a do Socorro Normanha (Org.) **DSS e Economia Solidária**: debate conceitual e relato de experiências. Recife: Escola de Formação da CUT no Nordeste, 2000. p. 11-23.

DULTRA, Judite Amélia Lago. Reestruturação Produtiva, Qualificação e Empregabilidade: explorando o significado para diferentes atores/agentes sociais. Tese de Doutorado FAGED/UFBA Salvador: J. A. L. Dutra, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e Crise do Emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, nº 25 – Maio/Agosto, 1999.

_____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAWATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino Médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

FRIGOTTO Gaudêncio, CIAVATTA Maria e RAMOS Marise Política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS Marise. A Gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: Trabalho Necessário. Ano 3, nº 3, 2005. <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TNSIndiceG.htm#TN3>.

GENTILLI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI J. C., SAVIANI, D. SANFILICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores, 2005 pp. 45-59.

KUENZER, Acácia Zeneide. Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. In: **Boletim do SENAC** nº 25.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANFREDI, Maria Silvia. Trabalho, profissão e escolarização: revisitando conceitos. In: MANFREDI, M^a Silvia. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002: 31-61

_____. A reforma do ensino médio e profissional dos anos 90: a construção de uma nova institucionalidade. In: MANFREDI, M^a Silvia. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002: 113-139

MARTINS, Marcos F. **Ensino Técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

MINARELLI, Jose Augusto. **Empregabilidade: O Caminho das Pedras**. 17ed. São Paulo: Gente, 1995.